

GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITO

Termo de Referência 43/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2026	160086-GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITO	BRUNO LUIS DE BRITTO	19/06/2026 09:27 (v 0.22)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	26/2026	64536.030173/2025-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação eventual de empresa especializada para, sob demanda, executar serviços destinados à manutenção preventiva e corretiva predial, abrangendo edificações, instalações e sistemas prediais, com fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e insumos, conforme condições, estabelecidas nas planilhas de serviços diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominado SINAPI e, subsidiariamente, em outros sistemas referenciais de custos aceitos pela administração pública federal em atenção ao Decreto nº 7.983/2013 e o Acórdão TCU 3.272/2011-Plenário para atender as necessidades dos imóveis sob responsabilidade do Gabinete do Comandante do Exército, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL COM BDI
1	Serviços comuns de engenharia inerentes a manutenção predial preventiva e corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, para atender às necessidades do Gabinete do Comandante do Exército em Brasília-DF	1627	Und	2.903.939	R\$ 1,00	R\$ 2.903.939,00
2	Serviços comuns de engenharia inerentes a	1627	Und	589.206	R\$ 1,00	R\$ 589.206,00

	manutenção predial preventiva e corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, para atender às necessidades do Gabinete do Comandante do Exército no Rio de Janeiro-RJ					
3	Serviços comuns de engenharia inerentes a manutenção predial preventiva e corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, para atender às necessidades do Gabinete do Comandante do Exército em São Paulo-SP	1627	Und	535.492	R\$ 1,00	R\$ 535.492,00
Total Estimado: R\$ 4.028.637,00						

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

- 1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.
- 1.4. Em razão da adoção do modelo item único por localidade, em três itens independentes regionalizados com precificação referenciada integralmente na tabela SINAPI, fica expressamente vedada a adesão de outros órgãos ou entidades à ata de registro de preços decorrente desta contratação, nos termos do Parecer 21/2024/DECOR/CGU /AGU, de caráter vinculante para a Administração Pública Federal.

Prazo de vigência

- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de **6 (seis) meses** contados do recebimento da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Tratamento diferenciado para ME/EPP

- 1.7. O tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, com as respectivas opções de exclusividade, cota reservada e subcontratação, encontra-se fundamentado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU, 2025):

4.1.1. A presente contratação sujeita-se às disposições do art. 5º, IV, e do art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021, que elegem o desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das licitações públicas, e às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU, 2025). Os critérios abaixo incidem diretamente sobre a execução dos serviços de alvenaria, telhados, carpintaria, pintura e refrigeração/ar condicionado e constituem obrigações contratuais da Contratada, passíveis de fiscalização e, em caso de descumprimento, de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência;

4.1.2. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), nos arts. 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307/2002 e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010. Os resíduos gerados nos serviços de alvenaria, telhados, carpintaria, pintura e demais atividades abrangidas serão classificados e destinados conforme segue:

4.1.2.1. Classe A (blocos cerâmicos, argamassa, concreto, telhas, componentes de alvenaria): reutilização ou reciclagem como agregado, ou encaminhamento a aterro de resíduos Classe A;

4.1.2.2. Classe B (madeiras, metais, plásticos, papelão, embalagens vazias de tintas imobiliárias, gesso): reutilização, reciclagem ou encaminhamento a áreas de armazenamento temporário que permitam reaproveitamento futuro;

4.1.2.3. Classe C: armazenamento, transporte e destinação conforme normas técnicas específicas;

4.1.2.4. Classe D (tintas com solventes, materiais contaminados, telhas ou outros objetos que contenham amianto ou produtos nocivos à saúde): armazenamento, transporte e destinação conforme normas técnicas específicas para resíduos perigosos.

4.1.3. É proibida a disposição dos resíduos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.4. Todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos em conformidade com as normas da ABNT. O destinador final dos resíduos deverá estar registrado e regular no CTF /APP do IBAMA, quando essa inscrição for obrigatória.

4.1.5. Quanto às embalagens de tintas imobiliárias: são classificadas como resíduo de Classe B e deverão ser direcionadas para canais de reciclagem disponíveis ao público, nos termos do art. 3º, § 2º, da Resolução CONAMA nº

307/2002 (com redação da Resolução CONAMA nº 469/2015), que submete tais embalagens ao sistema de logística reversa previsto na Lei nº 12.305/2010.

4.1.6. Nos serviços de carpintaria e em quaisquer outros que demandem o uso de madeira ou subprodutos florestais, a Contratada deverá:

4.1.6.1. utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do art. 11 do Decreto nº 5.975/2006, de manejo florestal sustentável (PMFS devidamente aprovado pelo SISNAMA), supressão de vegetação devidamente autorizada, florestas plantadas ou outras fontes definidas pelo órgão ambiental competente;

4.1.6.2. comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução, por ocasião da respectiva medição, mediante apresentação de: cópias das notas fiscais de aquisição; Certificados de Regularidade válidos do fornecedor e do transportador no CTF/APP do IBAMA, quando a inscrição for obrigatória (IN IBAMA nº 13/2021); e Documento de Origem Florestal (DOF) ou autorização no Sinaflor, nos termos do Decreto nº 5.975/2006 e da Portaria MMA nº 253/2006;

4.1.6.3. quando os produtos ou subprodutos florestais forem exóticos/não nativos (eucalipto, pinus, teca, entre outros) e o estado onde ocorrer a execução não exigir DOF para espécies exóticas, apresentar declaração de que a madeira utilizada é isenta de DOF por não se tratar de espécie nativa.

4.1.7. Na execução dos serviços de manutenção de sistemas de refrigeração e de equipamentos de ar condicionado, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340/2003 e da Instrução Normativa IBAMA nº 5/2018, adotando as seguintes diretrizes quanto às Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano):

4.1.7.1. não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

4.1.7.2. durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as SDOs sejam recolhidas apropriadamente e destinadas a centros de regeneração e/ou de incineração;

4.1.7.3. é obrigatória a retirada de todo resíduo de substâncias controladas das embalagens antes de sua destinação final;

4.1.7.4. as SDOs devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam à norma aplicável;

4.1.7.5. é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da Resolução CONAMA nº 340/2003, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

4.1.7.6. quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação na atmosfera, devendo as substâncias ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados;

4.1.7.7. a SDO recolhida deve ser reciclada in loco mediante equipamento com dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração licenciados pelo órgão ambiental competente;

4.1.7.7.1. quando a SDO recolhida for o CFC-12, os recipientes devem ser enviados a centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou a centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração;

4.1.7.7.2. é obrigatória a retirada de todo resíduo de substâncias controladas das embalagens antes de sua destinação ou disposição final.

4.1.8. Em consonância com o item 10 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU, 2025), o planejamento e a execução dos serviços de engenharia objeto desta contratação devem observar as seguintes dimensões do desenvolvimento sustentável:

4.1.8.1. especificação técnica sustentável: preferência, quando tecnicamente viável e economicamente justificável, por soluções que favoreçam ventilação e iluminação naturais, eficiência energética, aproveitamento de águas pluviais e materiais com menor impacto ambiental;

4.1.8.2. prevenção de resíduos: a Contratada adotará práticas para minimizar a geração de resíduos nas etapas de corte, demolição parcial, pintura, substituição de telhas e manutenção de sistemas de refrigeração;

4.1.8.3. dignidade laboral e saúde dos trabalhadores: a Contratada deverá garantir o fornecimento e uso efetivo de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados a cada atividade, observadas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego aplicáveis, e assegurar condições de trabalho dignas aos profissionais alocados na execução do contrato.

4.1.9. O fiscal do contrato verificará o cumprimento das obrigações previstas neste capítulo, podendo exigir, a qualquer tempo durante a execução contratual:

4.1.9.1. comprovantes de destinação adequada dos resíduos gerados;

4.1.9.2. notas fiscais, DOF e demais documentos de comprovação da origem legal dos produtos florestais;

4.1.9.3. registros dos procedimentos adotados no recolhimento de SDOs nos serviços de refrigeração;

4.1.9.4. comprovantes do uso de EPI pelos trabalhadores.

4.1.10. O descumprimento das obrigações previstas neste capítulo sujeitará a Contratada às sanções administrativas estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será necessária a indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não há necessidade de vedação de marca/produto.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não haverá exigência de carta de solidariedade.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias úteis, de segunda à quinta-feira, das 9h00min às 16h00min e sexta-feira das 09h00min às 11h00min.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3415-6115 (Seção de Serviços Gerais do Gab Cmt Ex).

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.12. Não será exigido que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de execução dos serviços.

Margem de Preferência

4.13. O objeto da contratação não se enquadra em margens de preferência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. As contratações serão realizadas individualmente, de acordo com as demandas e prioridades de serviço estabelecidas pela CONTRATANTE por meio de fiscalização designada. É vedado a CONTRATADA a negativa de executar algum serviço que faça parte do objeto, ou a tentativa de escolher serviços a serem executados.

5.1.2. A(s) ADJUDICATÁRIA(S) deverá(ão) atender todas as demandas da CONTRATANTE para a execução de serviços de manutenção predial, PREVENTIVA e CORRETIVA os quais serão solicitados por meio de Ordem de Serviço, acompanhado de demais documentos pertinentes a execução do serviço.

5.1.3. Para a execução das ordens de serviço simultâneas, em caso de necessidade, será fornecido pela CONTRATADA o cronograma de execução.

5.1.4. A execução dos serviços dar-se-á mediante emissão de Nota de Empenho e de Ordem de Serviço (OS), a qual deverá vir acompanhada de planilha orçamentária referencial, constando a descrição do serviço, o local de execução, o prazo e demais condições necessárias.

5.1.5. Após o recebimento da OS, a CONTRATADA terá o prazo de 3 (três) dias úteis para realizar a visita técnica ao local indicado e apresentar o orçamento detalhado, com base na planilha de preços unitários e no SINAPI da localidade de execução, salvo nos casos de serviços emergenciais, em que a visita e o orçamento deverão ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.6. Após a aprovação do orçamento pela Administração, a CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados da comunicação formal da aprovação, salvo nos casos de serviços emergenciais, cujo início deverá ser imediato ou em até 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.7. Para fins de planejamento e controle, os prazos estimados de execução por porte de serviço adotam como referência os coeficientes de produtividade de mão de obra constantes das composições analíticas do SINAPI da respectiva localidade, na data-base de fevereiro de 2026, disponíveis no sítio oficial da CAIXA Econômica Federal, podendo ser ajustados na OS em razão de especificidades do local, desde que fundamentados.

5.1.7.1. Para fins de definição do prazo de execução de cada Ordem de Serviço, a CONTRATANTE adotará como parâmetro de referência os coeficientes de produtividade de mão de obra constantes das composições analíticas do SINAPI da respectiva localidade de execução, correspondentes aos serviços previstos na planilha orçamentária da OS, calculando o prazo estimado pela seguinte expressão:

$$P = (Q \times C) \div (E \times J)$$

Onde:

P = prazo estimado de execução, em dias úteis; **Q** = quantitativo do serviço a executar, na unidade de medida da composição SINAPI; **C** = coeficiente de produtividade do insumo de mão de obra oficial constante da composição SINAPI adotada para o serviço (em h/unidade); **E** = número de operários da categoria oficial considerados na equipe alocada para a OS; **J** = jornada de trabalho diária aplicável, em horas (padrão: 8 horas/dia, salvo indicação diversa na OS).

5.1.7.2. Quando a OS abranger mais de um tipo de serviço, o prazo total corresponderá ao maior entre os prazos individuais calculados na forma do subitem anterior, considerando a possibilidade de execução simultânea das frentes, ou à soma deles quando a execução for necessariamente sequencial, conforme indicado na planilha orçamentária da OS.

5.1.7.3. Os coeficientes de produtividade adotados são aqueles publicados nas composições analíticas do SINAPI da data-base de fevereiro de 2026, disponíveis no sítio oficial da CAIXA Econômica Federal, podendo ser atualizados por composição SINAPI mais recente quando da emissão da OS, desde que devidamente justificado na planilha orçamentária correspondente. Os coeficientes não contemplam paralisações decorrentes de chuvas, eventos extraordinários ou interrupções prolongadas por falta de frente de trabalho, que poderão ser objeto de aditamento de prazo mediante comunicação formal justificada pela CONTRATADA.

5.1.7.4. A CONTRATADA que discordar do prazo calculado na OS deverá manifestar-se no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento da OS, apresentando cronograma alternativo fundamentado nos mesmos coeficientes SINAPI ou em justificativa técnica circunstanciada, ficando a aceitação a critério da CONTRATANTE.

5.1.8. Os prazos previstos neste Termo de Referência serão contados em dias úteis, exceto nos casos de serviços emergenciais que correrão também em dias e horários não úteis..

5.1.9. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados à Administração.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguinte endereços:

5.2.1. Quartel General do Exército (QGEx), Bloco A, 3º Piso, Setor Militar Urbano (SMU), Brasília - DF.

5.2.2. Quartel General do Exército (QGEx), Bloco B, Térreo, Setor Militar Urbano (SMU), Brasília - DF.

5.2.3. Quartel General do Exército (QGEx), Bloco J, 2º Piso, Setor Militar Urbano (SMU), Brasília - DF.

5.2.4. Quartel General do Exército (QGEx), Seção de Serviços Gerais, Setor Militar Urbano (SMU) Brasília - DF.

5.2.5. Quartel General do Exército (QGEx), Seção de Manutenção e Transporte, Setor Militar Urbano (SMU), Brasília - DF.

5.2.6. Seção de Segurança e Apoio ao Comandante do Exército no Rio de Janeiro, Rua Coelho Cintra no 328 - Copacabana, Rio de Janeiro - RJ.

5.2.7. Seção de Segurança e Apoio ao Comandante do Exército em São Paulo, Rua Manuel da Nóbrega, 1015 - Paraíso, São Paulo - SP.

5.2.8. Os serviços de manutenção predial objeto deste Termo de Referência abrangerão os imóveis atualmente ocupados pelo Gabinete do Comandante do Exército, bem como outros prédios que venham a ser ocupados, utilizados ou incorporados durante a vigência contratual, desde que localizados nos estados previstos no Estudo Técnico Preliminar e compatíveis com a natureza e o escopo dos serviços contratados. A inclusão de novos imóveis não caracterizará alteração do objeto contratual, desde que respeitados os limites quantitativos, qualitativos e financeiros estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação vigente.

5.2.9. Os serviços serão executados nos horários definidos no contrato ou instrumento equivalente.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. As contratações serão realizadas individualmente, de acordo com as demandas e prioridades de serviços estabelecidos pela Seção de Serviços Gerais.

5.3.2. Quando do levantamento da demanda, a fiscalização designada será responsável pelo desenvolvimento de Planilha Orçamentária de Serviços, contendo o BDI e o desconto auferido na Ata de Registro de Preços, além do respectivo Cronograma de Execução.

5.3.3. Nesta etapa, o fiscal deverá, ainda:

5.3.3.1. na planilha orçamentária, evitar a criação de composições e a utilização de insumos “soltos”;

5.3.3.2. abster-se de alterar descrições e índices das composições existentes no SINAPI e demais sistemas de custos referenciais adotados pela APF; e

5.3.3.3. proceder à devida regionalização dos custos quando adotados sistemas referenciais aceitos pela APF diferentes do SINAPI.

5.3.3.4. Para os serviços de São Paulo sem composição correspondente no SINAPI, adotou-se subsidiariamente o sistema referencial ORSE (data-base março de 2026), com a devida regionalização, em atenção à ordem de prioridade do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao Decreto nº 7.983, de 2013 (arts. 3º e 4º), conforme já admitido no item 1.1 deste Termo de Referência.

5.3.4. O pessoal administrativo da CONTRATADA (Encarregado, Mestre de Obras, Engenheiro, Técnico de Segurança e Técnico de edificações) não poderá acumular outra função na mesma Ordem de Serviço.

5.3.5. Após a emissão da OS, a CONTRATANTE poderá solicitar que a ADJUDICATÁRIA analise a Planilha Orçamentária de Serviços para conferência. Não há espaço para discussão de preços de serviços existentes no SINAPI e demais sistemas referenciais de custos admitidos pela APF previstos no Decreto nº 7.983/2013 e no Acórdão TCU 3.272/2011-Plenário.

5.3.6. Caso a CONTRATANTE solicite a análise da planilha pela empresa, esta tem o prazo de 3 dias úteis para dar o retorno, manifestando-se quanto a sugestões de alteração. A CONTRATANTE avaliará as possíveis sugestões, acatando-as ou não.

5.3.7. Poderão ser emitidas OS simultâneas, isto é, poderá ser emitida nova OS antes da conclusão de serviços já em andamento para cada região abarcada pelos diferentes itens do pregão.

5.3.8. Quando necessária a presença de canteiro de obras, este deverá ser montado, preferencialmente, através da locação de contêiner e em último caso por chapas e tapumes.

5.3.9. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada pela equipe da Seção de Serviços Gerais.

5.3.10. A CONTRATADA deverá emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e encaminhá-la para a seção de serviços gerais.

5.3.11. Os serviços realizados que não tenham sido autorizados e aprovados previamente a sua execução, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

5.3.12. Todos os serviços deverão ser executados conforme Normas Técnicas da ABNT.

5.3.13. Nenhum militar, fora da equipe designada está autorizado a interferir de qualquer forma no andamento dos serviços da contratada. A CONTRATADA deverá dirigir-se e atender exclusivamente a equipe designada do contrato.

5.3.14. A CONTRATANTE pode solicitar ensaios, testes, ou laudos dos serviços e instalações executadas pela CONTRATADA, de forma a atestar a qualidade, estanqueidade, rigidez, resistência, segurança, ou qualquer outro aspecto pertinente ao serviço/instalação. O custo ficará a cargo da CONTRATADA, que deverá apresentar laudo de profissional habilitado e ART, quando solicitado pela CONTRATANTE.

5.3.15. Todas as imperfeições decorrentes da execução dos serviços - por exemplo: pisos, revestimento de paredes, pinturas, esquadrias, áreas cimentadas, asfalto, áreas verdes, redes de energia, redes telefônicas e de interfone, redes hidráulicas, redes de esgoto, cabeamento de TV e de internet, antenas - deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE.

5.3.16. Qualquer paralisação deve ser comunicada de imediato à CONTRATANTE por meio do Fiscal de Contrato, assim como apresentados os motivos por escrito.

5.3.17. A CONTRATANTE não é responsável pelo armazenamento e segurança de qualquer tipo de material, contudo, poderá permitir o armazenamento de material, se assim o desejar.

Materiais a serem disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades definidas nos anexos técnicos, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.2. Durante a execução dos serviços todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO e NBR, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica.

5.4.3. A FISCALIZAÇÃO poderá autorizar o emprego de materiais ou equipamentos que apresentem a mesma qualidade técnica, desempenhem idêntica função construtiva e as mesmas especificações exigidas dos materiais ou equipamentos especificados. Ou seja, o material ou equipamento deverá ser análogo ou equivalente totalmente ao originalmente especificado, analogia total ou equivalência. Porém, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir de qualquer material empregado no serviço o "Certificado de Conformidade", expedido pelo INMETRO e o teste ou ensaio normalizado pela ABNT.

5.4.4. Quando empregado análogo, deverão ser apresentadas amostras do material análogo, similar ou equivalente para aprovação prévia da fiscalização designada, devendo o material empregado seguir o padrão das instalações já existentes.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações

acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.20.1. Visitas inopinadas aos locais de execução dos serviços a fim de verificar as instalações, uso de EPI, e conferência nominal dos funcionários; e

6.20.2. Controle dos empenhos, ordens de serviço, cumprimento do cronograma previsto, prazos de vigência e pagamentos.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Planilha de Medição dos serviços, que medirá a qualidade dos serviços prestados conforme preconizado nas NBR de cada tipo de serviço e material empregado. A unidade de medida de cada serviço será a mesma prevista na planilha de medição.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização da planilha não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Execução do serviço conforme preconiza as NBR relacionadas, em especial:

- Normas da ABNT
- Normas das concessionárias de serviços públicos;
- Legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção;
- Código de Edificações Distrito Federal – Lei No 2.105, de 8 de outubro de 1998;
- Regulamentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG no01 de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

7.4.2. Entrega do serviço limpo, ambiente organizado, em segurança e pronto para uso.

7.4.3. Apresentação de laudos de ensaios/testes quando solicitado pela contratante, sem custos para contratante.

7.4.4. Atendimento à necessidade apresentada pela contratante.

7.5. A medição dos itens referentes à administração local será proporcional à medição dos custos diretos, ou seja, refletirá a evolução da execução dos serviços. Apenas nos casos em que houver dilação dos prazos por causa da contratante ou caso fortuito, os valores referentes a administração local poderão ser aditivados. Quando houver atrasos por culpa da CONTRATADA, os valores da administração local não serão aditivados.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6.1. Tratando-se de serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- i) o prazo de validade;
- ii) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.38. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.39. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.39.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.39.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Reajuste

7.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI do mês de **FEVEREIRO** do ano de **2026**.

7.40.1. Para os serviços de São Paulo sem composição correspondente no SINAPI, adotou-se subsidiariamente o sistema referencial ORSE (data-base março de 2026), com a devida regionalização, em atenção à ordem de prioridade do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao Decreto nº 7.983, de 2013 (arts. 3º e 4º), conforme já admitido no item 1.1 deste Termo de Referência.

7.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA-C**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.7.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

9.1.1. O desconto ofertado pelo licitante vencedor será aplicado de forma linear sobre todos os itens da planilha referencial e deverá ser mantido durante toda a execução contratual, inclusive para eventuais termos aditivos que importem acréscimo de serviços ao objeto contratado, nos termos do art. 34, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.2. A adoção do critério de julgamento pelo maior desconto linear sobre as tabelas referenciais SINAPI regionalizadas é tecnicamente justificada pela natureza do objeto, cujos custos unitários são objetivamente definidos por sistema oficial de referência de preços, o que permite que a competição se dê exclusivamente sobre o percentual de desconto aplicado, sem margem para manipulação de composições ou desequilíbrio entre itens. Esse modelo é aceito pelo Tribunal de Contas da União para contratos indexados a tabelas oficiais de custos, conforme o Acórdão nº 1.708/2019-Plenário, que reconhece o desconto linear como instrumento adequado quando os preços unitários de referência são fixados por sistema público e regionalizado, afastando o risco de sobrepreço em itens individuais.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. O critério de aceitabilidade de preços obedecerá o regime de execução de empreitada por preço unitário.

9.3.1. Em razão da adoção do critério de julgamento pelo maior desconto linear sobre a tabela SINAPI regionalizada, o desconto ofertado incide uniformemente sobre todos os serviços do item correspondente, assegurando que nenhum preço unitário supere o valor de referência SINAPI vigente na data da licitação para a respectiva localidade. Dessa forma, o critério de aceitabilidade de preços unitários é garantido estruturalmente pelo próprio modelo de contratação, nos termos do Acórdão TCU nº 1.708/2019-Plenário.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme a área de atuação de engenharia elétrica e engenharia civil, em plena validade;

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente ao qual o licitante concorre, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva envolvendo as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do item ao qual o licitante concorre, assim consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado do respectivo item, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, conforme identificado na Curva ABC da localidade correspondente constante dos Anexos XI a XIII deste Termo de Referência. Para efeito de aferição do piso de relevância, os valores de referência de cada item são os seguintes:

a) Item 1 — Brasília-DF: piso de 4% sobre R\$ 2.903.939,26 = R\$ 116.157,57. São parcelas de maior relevância para este item, individualmente ou em combinação: execução de estrutura metálica de telhado com fabricação e instalação de tesouras em aço (SINAPI 92620); telhamento com telha metálica termoacústica (SINAPI 94216); fornecimento e instalação de cordoalha de cobre nu 70 mm² para SPDA (SINAPI 96975); impermeabilização com manta asfáltica em duas camadas (SINAPI 98547);

b) Item 2 — Rio de Janeiro-RJ: piso de 4% sobre R\$ 589.206,04 = R\$ 23.568,24. São parcelas de maior relevância para este item, individualmente ou em combinação: execução de trama de aço composta por terças para telhado (SINAPI 104314); telhamento com telha metálica termoacústica (SINAPI 94216); operação de guindaste hidráulico

autopropelido para içamento de estruturas (SINAPI 89267); fabricação e instalação de tesoura de aço vão 12 m (SINAPI 92600); fornecimento e instalação de calha em chapa de aço galvanizado (SINAPI 94229);

c) Item 3 — São Paulo-SP: piso de 4% sobre R\$ 535.491,67 = R\$ 21.419,67. São parcelas de maior relevância para este item, individualmente ou em combinação: execução de treliça metálica Pratt em perfis UDC para telhado (ORSE 12387); telhamento com telha metálica termoacústica (SINAPI 94216); demolição de piso de concreto simples (SINAPI 104789); execução de contrapiso em argamassa pronta (SINAPI 87693); revestimento cerâmico para piso com porcelanato 60×60 cm (SINAPI 87263);

9.34.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de quantitativos mínimos correspondentes a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos das parcelas de maior relevância e valor significativo a serem contratados no item ao qual o licitante concorre, vedada a exigência de quantitativo superior a esse limite, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente do fornecedor.

Qualificação Técnico-Profissional

9.37. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do item ao qual o licitante concorre, assim consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado do respectivo item — Item 1 (DF): R\$ 2.903.939,26; Item 2 (RJ): R\$ 589.206,04; Item 3 (SP): R\$ 535.491,67 —, nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021:

9.37.1. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto: atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de manutenção predial envolvendo, individualmente ou em combinação, as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo identificadas na Curva ABC da localidade do item ao qual o licitante concorre, conforme os Anexos XI a XIII deste Termo de Referência, com quantitativos correspondentes a até 50% (cinquenta por cento) dos previstos nesta contratação para o respectivo item, nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021. As parcelas de maior relevância por localidade, para fins de exigência de atestado de responsabilidade técnica do Engenheiro Civil ou Arquiteto, são as seguintes:

9.37.1.1. Item 1 — Brasília-DF: execução de cobertura, compreendendo fabricação e instalação de estrutura metálica de telhado com tesouras em aço para vão de 12 m (SINAPI 92620) e/ou telhamento com telha metálica termoacústica (SINAPI 94216); e/ou execução de sistema de impermeabilização com manta asfáltica em duas camadas (SINAPI 98547);

9.37.1.2. Item 2 — Rio de Janeiro-RJ: execução de cobertura, compreendendo fornecimento e instalação de trama de aço composta por terças para telhado (SINAPI 104314), fabricação e instalação de tesoura de aço para vão de 12 m (SINAPI 92600) e/ou telhamento com telha metálica termoacústica (SINAPI 94216); e/ou fornecimento e instalação de calha em chapa de aço galvanizado (SINAPI 94229);

9.37.1.3. Item 3 — São Paulo-SP: execução de cobertura, compreendendo fornecimento e instalação de treliça metálica Pratt em perfis UDC para telhado com vão de 20 a 30 m (ORSE 12387) e/ou telhamento com telha metálica termoacústica (SINAPI 94216); e/ou execução de revestimento de piso, compreendendo demolição de piso de concreto (SINAPI 104789), execução de contrapiso em argamassa pronta (SINAPI 87693) e/ou assentamento de revestimento cerâmico tipo porcelanato 60×60 cm (SINAPI 87263);

9.37.2. Para o Engenheiro Eletricista ou Técnico em Edificações com habilitação em instalações elétricas: atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de instalações elétricas prediais de baixa tensão, incluindo ao menos um dos seguintes tipos de serviço: instalação ou manutenção de quadros de distribuição de energia elétrica, fornecimento e instalação de cabeamento elétrico ou execução de sistemas de iluminação em edificações, com características compatíveis com o objeto desta contratação. A exigência deste profissional aplica-se ao licitante que concorra ao Item 1 (Brasília-DF), em razão da presença de parcelas de instalações elétricas com valor individual superior ao piso de relevância, conforme identificado na Curva ABC do Anexo XI. Para os licitantes que concorram exclusivamente aos Itens 2 (RJ) ou 3 (SP), a exigência deste profissional é dispensada, por não figurarem parcelas elétricas entre as de maior relevância nas respectivas Curvas ABC;

9.37.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar da execução do serviço objeto do contrato, sendo admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.37.4. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, não será exigido vínculo empregatício entre o profissional e o fornecedor, admitida a comprovação por meio de contrato de prestação de serviços, declaração de contratação futura ou outro instrumento admitido em regulamento, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 364/2020-Plenário);

9.37.5. A exigência dos profissionais indicados neste item é indispensável à boa execução do objeto, nos termos do Acórdão TCU nº 2.032/2020-Plenário. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto, a indispensabilidade decorre da natureza das intervenções estruturais e de vedação previstas nas parcelas de maior relevância em todas as localidades — cobertura metálica, impermeabilização e revestimento de piso —, cuja execução inadequada compromete a segurança, a estanqueidade e a durabilidade das edificações, sendo a responsabilidade técnica formal obrigação legal nos termos da Lei nº 5.194, de 1966, e das resoluções do CONFEA/CREA. Para o Engenheiro Eletricista ou Técnico em Edificações com habilitação em instalações elétricas, a indispensabilidade restringe-se ao Item 1 (DF), onde parcelas de instalações elétricas de baixa tensão figuram entre as de maior relevância da Curva ABC, assenta-se no risco de incêndio e de interrupção de atividades finalísticas decorrente de falhas em instalações prediais de edificações de uso contínuo, sendo a habilitação específica exigência da NR-10 e da NBR 5410.

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1. ata de fundação;

9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.45.6.7. .última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ **4.028.637,00** (quatro milhões, vinte e oito mil, seiscentos e trinta e sete reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.4. Conforme dispõe o Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Sua vigência será contada a partir do primeiro dia útil subsequente à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). A prorrogação da Ata por igual período é admitida, desde que atendidos os requisitos legais, especialmente a demonstração da vantajosidade dos preços registrados e a anuência do(s) fornecedor(es).

10.4.1. A vantajosidade poderá ser evidenciada por meio de pesquisa de mercado atualizada, que comprove que os preços constantes da ata permanecem inferiores ou compatíveis com os praticados no mercado, garantindo economicidade à Administração Pública. Adicionalmente, a prorrogação contribui para a continuidade do atendimento das demandas da Administração, assegurando a previsibilidade e a eficiência nas contratações públicas, sem a necessidade de instauração de novo processo licitatório.

Ressalta-se que os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência definida no instrumento contratual específico, observando, no momento da contratação e em cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a existência de previsão no Plano Plurianual (PPA), quando ultrapassado o exercício em curso.

10.4.2. Conforme o item 70 do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, de 28 de janeiro de 2024, é juridicamente possível a renovação do quantitativo inicialmente registrado na Ata de Registro de Preços, desde que haja prorrogação de sua vigência e sejam atendidos os requisitos legais e administrativos aplicáveis.

10.4.3. Essa possibilidade está condicionada ao atendimento cumulativo dos seguintes critérios:

- a) seja comprovada a manutenção do preço vantajoso;
- b) haja previsão expressa no ato convocatório e na ata de registro de preços;
- c) o tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação; e
- d) a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência.

10.4.4. Sendo assim, a equipe de planejamento da contratação entende que a renovação do quantitativo, nesses termos, constitui medida legítima que visa a dar continuidade ao atendimento das demandas administrativas, evitar descontinuidade nos serviços públicos, otimizar recursos e garantir a observância do interesse público, desde que devidamente fundamentada e instruída nos autos.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

As contratações serão regidas por instrumento de contrato.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. ANEXOS TÉCNICOS

ANEXO I - Plano de Manutenção.

ANEXO II - Memória de Cálculo - Área do Gabinete.

ANEXO III - Modelo de Ordem de Serviço.

ANEXO IV - Cálculo de BDI.

ANEXO V - Composição de Encargos Sociais.

ANEXO VI - Relatório Resumido (etapas e valores).

ANEXO VII - Planilha Sintética Simples DF.

ANEXO VIII - Planilha Sintética Simples RJ.

ANEXO IX - Planilha Sintética Simples SP.

ANEXO X - Rotinas de Manutenção.

ANEXO XI - Curva ABC de itens - BDI - DF.

ANEXO XII - Curva ABC de itens - BDI - RJ.

ANEXO XIII - Curva ABC de itens - BDI - SP.

ANEXO XIV - Cálculo de vantajosidade de Desoneração.

ANEXO XV - Execução dos Serviços.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THAIANE VIEIRA ALVES

Auxiliar Técnica da Seção de Serviços Gerais

BRUNO LUIS DE BRITTO

Adjunto da Seção de Serviços Gerais

CESAR SOUSA DE OLIVEIRA

CREA 33312/D-DF

VALMIR PICINATO DA SILVA

Chefe da Seção de Serviços Gerais